

A Nova História Crítica de Mario Schmidt: um diálogo entre imprensa, academia e público consumidor sobre o livro didático e o ensino

UMBELINO, Giseli Origuela¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma possibilidade de estudo sobre as críticas e percepções acerca da coleção de livros didáticos Nova História Crítica do autor Mario Schmidt, cuja primeira edição direcionada ao ensino fundamental foi publicada em 1995. A proposta é confrontar as críticas a este material – em especial a de autoria do jornalista Ali Kamel que foi publicada em 2007 no Jornal O Globo – observando de que forma repercutiram na imprensa e nas mídias sociais, produzindo um amplo campo de debates em torno da questão dos livros didáticos e seus conteúdos. Essas críticas, originadas do meio jornalístico, fomentaram o debate que contou com a mobilização de setores conservadores da sociedade, com o intuito de interferir nos programas de ensino na educação básica, incluindo o de História, com o pretexto de impedir uma suposta doutrinação nas escolas. Na outra ponta deste debate encontram-se as críticas acadêmicas à coleção, mesmo que com razões e argumentos distintos. Para verificar a recepção da coleção Nova História Crítica na opinião de consumidores e leitores do material, este trabalho se valerá dos fóruns de debate, comentários e resenhas publicados nas redes sociais *Café História* e *Skoob*. A investigação da repercussão dessas críticas sobre o referido material didático, ao se apropriar do espaço virtual como campo de pesquisa, tem como foco observar a apropriação desse debate pelo seu público consumidor: professores de educação básica, alunos, leitores em geral.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino de História; Redes Sociais.

The Nova História Crítica by Mario Schmidt: a dialogue between press, academy and consumer public about textbooks and teaching

Abstract: The purpose of this article is to present a possibility of studying criticisms and perceptions about the collection of textbooks Nova História Crítica by Mario Schmidt, which the first edition selected to elementary education was published in 1995. The proposal is to confront the criticisms to this material – in particular the one written by the journalist Ali Kamel that was published in 2007 in the Jornal O Globo – observing how it had repercussions in the press and in the social media, producing a wide field of debates around the textbooks and their contents. These criticisms, originated in the journalistic environment, fomented the debate that had a mobilization of conservative sectors of the society intending to interfere in the programs of basic education, including History, under the pretext of preventing a supposed indoctrination in the schools. At the other end of this debate is also found academics criticisms to the collection, even with different reasons and arguments. In order to verify the reception of the collection New Critical History in the opinion of consumers and readers of the material, this work draws on the discussion forums, comments and reviews published in the social networks *Café História* and *Skoob*. The investigation of the repercussion of criticisms on this known didactic material, by using a virtual space as a field of research the focus is on the observation in the

¹ Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: giogi@outlook.com

appropriation of the debate in its consumer audience: teachers of basic education, students, readers in general.

Keywords: Textbook; History Teaching; Social Networks.

Este artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre as críticas e percepções expressas em espaços virtuais acerca da coleção de livros didáticos Nova História Crítica, do autor Mario Schmidt, cuja primeira edição direcionada ao ensino fundamental foi publicada em 1995, sendo reeditada pelo menos até o ano de 2007, com publicação de edição em volume único, adaptada para o ensino médio. O texto aqui apresentado é fruto de inquietações surgidas durante pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2012 e 2014, cujo objeto era articular os estudos de gênero à análise dos livros didáticos de História especialmente voltados para o Ensino Médio, tendo como campo empírico o universo de livros recomendados pelo Ministério da Educação (MEC) através do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) de 2006.

Entre os livros didáticos contemplados na pesquisa situava-se a versão em volume único para o Ensino Médio da coleção Nova História Crítica². Na ocasião da citada pesquisa de Iniciação Científica, o material de Mario Schmidt acabou ficando de fora da análise elaborada para o relatório final, por apresentar particularidades em comparação com os demais livros pesquisados. Todavia, face ao atual cenário de embates que a educação está inserida, onde o ensino de História também tem sofrido frequentes ataques, atentar-se para as repercussões dessa coleção é ainda pertinente.

Este texto não intenta aprofundar o debate acerca dos conteúdos da coleção NHC, ainda que esta não seja uma possibilidade ignorada para o campo de estudos de livros didáticos e ensino de História. A proposta aqui é confrontar as repercussões deste material com as críticas direcionadas à coleção e ao seu autor, produzindo um amplo campo de debates em torno da questão dos livros didáticos (incluindo os de História) e seus conteúdos. Pela perspectiva de Ali Kamel – editor chefe das Organizações Globo e principal crítico da coleção –, o material didático publicado pela Editora Nova Geração apresenta “uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os

² Farei uso da abreviação NHC no decorrer do texto, com o objetivo de evitar a repetição excessiva do título da coleção.

problemas é o socialismo que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários” (KAMEL, 2007). Ou seja, a preocupação expressa pela crítica é com a abordagem do conteúdo, identificado como material de doutrinação ideológica do marxismo.

O artigo de opinião mencionado foi visto como um “apelo às autoridades”, e resultou na reavaliação e conseqüente reprovação do referido material pelo MEC, neste mesmo ano. Vale ressaltar que a coleção NHC já havia entrado para o Guia do Livro Didático com ressalvas em diversos critérios utilizados para análise dos materiais, como metodologia de ensino-aprendizagem, conceitos, edição e atividades. É com base nestes argumentos que a comissão de avaliação do MEC/PNLD decide posteriormente por reprovar a coleção.

Impulsionados pelo debate iniciado por Kamel, vários jornais eletrônicos e blogs publicaram críticas e abriram fóruns de debate sobre a coleção NHC. Estes fóruns alcançam importância de análise para este texto, pois são locais onde atuam os sujeitos virtuais – o espaço das mídias sociais – indivíduos que se assujeitam ao discurso do virtual (DESIDÉRIO, 2013, p. 327). O ciberespaço é um dos espaços eleitos pelos leitores/internautas que optaram por expor as suas impressões e opiniões acerca do material da coleção e, de maneira geral, da temática como um todo.

O tema tem se mostrado ainda mais relevante especialmente a partir de 2016, quando o movimento “Escola Sem Partido” vem levantando questões de grande repercussão na imprensa e nas mídias sociais, contexto onde o ensino de história se torna um dos alvos da acusação de suposta doutrinação (propaganda) ideológica do comunismo. Tal movimento, originado por volta de 2004, desdobrou-se em diversos Projetos de Lei (PL) que tramitam nas esferas Federal, Estadual e Municipal, e que convergem com outras discussões no âmbito das práticas educacionais e do papel da escola na perpetuação de ditas ideologias.³

De acordo com publicação de Cristiani Bereta da Silva (2007, p. 230), o professor Mário Furley Schmidt lecionou durante muito tempo no ensino Fundamental e Médio na rede de Colégios Itapuca, em Niterói/RJ, cidade onde

³ Não é objetivo deste artigo elencar as demais pautas em discussão. No entanto, é necessário mencionar que foi amplamente debatida (e combatida) em 2015, especialmente por grande parcela das comunidades cristãs, a chamada “ideologia de gênero”, sob acusação de ferir os princípios religiosos e propor o desmantelamento da instituição da família, considerada pelos setores conservadores como alicerce da sociedade.

reside. Nos últimos 10 anos, porém, tem se dedicado exclusivamente à pesquisa e elaboração de material didático, todos publicados pela editora paulista Nova Geração.

Para verificar como a coleção de material didático e a crítica a ela direcionada foi recebida pelos seus consumidores e leitores, este trabalho se valerá das redes sociais *Café História*⁴ e *Skoob*⁵. A primeira é direcionada para historiadores, comunicadores e afins, com o objetivo de favorecer debates e interação entre interessados pela história. A segunda consiste num canal de divulgação e compartilhamento de títulos de livros, que possui espaço para que os membros pontuem livros e publiquem apreciações, resenhas e impressões sobre as obras. A escolha destas duas redes sociais se justifica por terem propósito de fomentar espaço virtual de exposição de opinião e possuírem tópico destinado ao tema abordado neste artigo.

Pouco se discute em termos de metodologia acerca do uso dos conteúdos e das mídias sociais acessíveis pela *web* (*blogs*, revistas e jornais eletrônicos, redes sociais e fóruns) como fonte para a pesquisa histórica. Entendemos que esta categoria de fonte, apesar de ampliar a possibilidade de investigação, possui as suas especificidades. Almeida (2011) nos apresenta suporte a esta categoria, classificando este tipo de documentação como “documentos primários digitais exclusivos”, que engloba toda uma gama de documentos existentes apenas em suporte digital, e acessada por meio da internet. Algumas revistas e jornais eletrônicos, apesar de existirem também em mídia impressa ou televisiva, adaptam os seus conteúdos para a *web*. Além disso, muitos dos *sites* proporcionam a interação entre autor e leitor, tornando o ciberespaço um ambiente dinâmico, complexo e pluralizado.

A investigação da repercussão dessas críticas sobre referido material didático, ao se valer do espaço virtual como campo de debate, tem como foco o seu público consumidor: professores de educação básica, alunos, leitores em geral, através da análise das respostas a fóruns de debates e comentários de artigos publicados em sites e blogs jornalísticos. Além disso, este trabalho pretende dialogar com outros artigos e textos acadêmicos publicados sobre a temática, com o objetivo

⁴ Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/>> Acessado em 12/11/2016.

⁵ Disponível em: <<https://www.skoob.com.br/>> Acesso em 12/11/2016.

de identificar os vários papéis conferidos e/ou ocupados pelo livro didático (que se relaciona, ou não, com o ensino de História) na sociedade.

O presente texto, originado de ensaio acadêmico e sem aspiração de tornar-se projeto de pesquisa, organiza-se de forma a apresentar, em primeiro plano, a articulação das discussões que envolveram a coleção e o seu autor, explorando os campos acadêmico e jornalístico. Em segundo momento será abordado o ensino de história e o livro didático nas pesquisas acadêmicas, de forma a fomentar o debate. Por fim, buscando uma articulação entre os dois primeiros planos, expõe-se algumas observações acerca do alcance dessa discussão e as apropriações do debate pelos sujeitos virtuais que interagiram em tópicos sobre a temática nas redes sociais *Café História* e *Skoob*. O material explorado para este texto é apenas uma parcela do que se encontra nessas e em outras redes sociais e canais afins sobre a temática, e que podem ser fonte de extensas pesquisas acadêmicas.

A COLEÇÃO NOVA HISTÓRIA CRÍTICA ENTRE A ACADEMIA E A IMPRENSA

A primeira edição da coleção NHC foi publicada em 1995, direcionada ao público do Ensino Fundamental II – de 5ª a 8ª série, atualmente 6º ao 9º ano. A coleção esteve inserida nos Guias do Livro Didático desde 2005, ano em que foi lançado o primeiro guia do livro didático para o EF-II. Nessa edição do Guia, a coleção foi avaliada e indicada para uso com ressalvas. Outras coleções presentes no Guia tiveram essa mesma avaliação. O objetivo dos Guias é fornecer aos professores informações sobre características das coleções de livros didáticos disponíveis para a escolha pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Só estão presentes nos Guias as coleções previamente avaliadas e aprovadas.

O Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1985, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela Secretaria de Educação Básica (SEB), e se compromete com a avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos para as escolas da rede pública, inicialmente para o Ensino Fundamental, tendo como principal objetivo “subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica”⁶. No entanto, a despeito da criação PNLD datar de 1985, o governo federal, há pelo

⁶ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>> Acessado em: 05/10/2017.

menos 70 anos (desde 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro), vem desenvolvendo ações e programas visando gerenciar a produção, edição, distribuição e avaliação de livros didáticos utilizados em escolas públicas brasileiras.

Atualmente, o mercado de livros didáticos no Brasil movimentava grandes somas em dinheiro por ano. De acordo com o Ministério da Educação um total de 1,077 bilhão de unidades de livros foram adquiridos com recursos do PNLD entre 1994 e 2005 - para utilização nos anos letivos de 1995 a 2006 – e distribuídos anualmente para cerca de 30,8 milhões de alunos de aproximadamente 163,7 mil escolas.⁷ Em 2016 o PNLD teve um investimento de cerca de 1,070 bilhão de reais em aquisição de novos livros e quase 185 milhões foram gastos com distribuição.⁸

Nayara Carie (2008) em sua dissertação de mestrado, aponta que somente em Minas Gerais os livros da coleção de Mario Schmidt foram adotados em 42% das escolas, mesmo tendo sido avaliada com ressalvas (CARIE, 2008, p.6). No Guia para o ano de 2005 a coleção é apresentada assim:

[...] propõe o estudo das transformações históricas da humanidade sob a ótica dos vencidos e valoriza a formação de alunos capazes de pensar a realidade de modo crítico. Há grande diversidade de fontes históricas e o texto didático oferece constantes questionamentos e problematizações que, se bem aproveitados pelo professor, podem gerar situações de aprendizagem com grande potencial pedagógico. (BRASIL, 2004, p. 132)

De acordo com a avaliação, os aspectos positivos da coleção podem ser ressaltados a depender das apropriações deste material pelo professor. Ainda neste Guia, a coleção é criticada por sua “linguagem marcada pela excessiva informalidade” e suas sínteses explicativas são acusadas por “uma visão muito simplificada dos processos e contradições sociais” (BRASIL, 2004, p.132). Uma nova versão da coleção foi publicada em 2005, contemplando também uma edição em volume único destinada ao ensino médio. A edição foi analisada e apresentada no Guia do PNLEM de 2007/8, com avaliação positiva. Ainda que a ressalva relacionada com as simplificações explicativas permaneça na análise desta edição, outras qualidades são reconhecidas.

[...] o conhecimento histórico é construído por historiadores e comporta múltiplas possibilidades interpretativas. Considera-se relevante sublinhar a busca de uma nova abordagem, que suplante a intolerância e o dogmatismo, promova a desmistificação do papel dos heróis nas narrativas históricas e esteja atenta aos

⁷ Disponível em: <http://web.archive.org/web/20071023163755/www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html> Acessado em: 06/10/2017.

⁸ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>> Acessado em: 06/10/2017.

cuidados para evitar o anacronismo. Reconhecem-se o papel dos homens comuns na história e a interação entre os vários níveis da realidade. Há coerência entre a proposta e seu desenvolvimento. Verifica-se a incorporação da renovação historiográfica, de novos temas e novos objetos. Valorizam-se a história-problema, o conflito de interpretações e a revisão de concepções preconceituosas presentes no saber escolar. (BRASIL, 2007, p. 102)

Entre as contribuições positivas da coleção NHC, apresentadas pela avaliação, destacam-se a abordagem desmistificadora do papel dos heróis, o reconhecimento e a interação entre vários níveis de realidade, além da revisão de concepções preconceituosas, reflexos da incorporação da renovação historiográfica. Carie (2008) aponta para as contradições entre as avaliações que a coleção recebeu pelo PNLD e a sua receptividade entre professores e alunos, consumidores do material. A autora realiza uma ampla análise do material através do PNLD de 2005, apresentando um quadro onde destaca os aspectos positivos e negativos da coleção de acordo com cada critério utilizado para a avaliação (CARIE, 2008, p. 76), e realiza também uma investigação com professores da rede que adotaram a coleção, identificando os critérios que estes utilizaram em suas avaliações (CARIE, 2008, p. 87-89).

Cristiani Bereta da Silva (2007) também analisou a coleção, com o objetivo de identificar com o saber histórico escolar expresso nos livros didáticos de história tem abordado as mulheres e as relações de gênero. Na pesquisa a autora identifica que já haviam sendo direcionadas críticas a esse material desde 2002, e que a coleção divide as opiniões de professores, sendo aprovado por muitos. Conforme dados levantados pela pesquisadora,

[...] em entrevistas realizadas com professores e professoras de História da rede pública da grande Florianópolis, a referida coleção é destacada como a preferida no trabalho em sala de aula, por ser “crítica”, “trazer temas atuais” e possuir uma linguagem “divertida”, que agrada aos alunos que freqüentam o ensino fundamental a partir da 5ª série. (DA SILVA, 2007, p. 232)

As pesquisas de Nayara Carie (2008) e Cristiani da Silva (2007) confirmam o sucesso que a coleção alcançou no mercado nacional. Sendo amplamente adotado em escolas das redes pública e privada por todo o país, os livros didáticos de Mario Schmidt conquistaram a preferência entre professores e alunos da educação básica, seja por sua linguagem informal ou pela forma de abordagem dos conteúdos, o que não o isenta de suas falhas apontadas pelo meio acadêmico.

Do outro lado deste cenário se encontram as críticas jornalísticas da coleção, encabeçadas por Ali Kamel e reproduzidas em diversas páginas da

internet. No mesmo momento, em outros espaços os questionamentos sobre o aspecto “doutrinador” do ensino (nos seus diversos níveis) já haviam tomado formas. O movimento Escola Sem Partido, a exemplo disso, foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, sob o argumento da necessidade de “lutar contra o abuso do qual as crianças estão sendo vítimas”⁹. Em entrevista ao site El País-Brasil, Nagib revela que a ideia de fundar o movimento surgiu em 2003, quando sua filha chegou narrando que em uma aula de história o professor “havia comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, a São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica”¹⁰.

A crítica sobre a ideologia, palavra utilizada de maneira depreciativa por Kamel (2007), pode se tornar o ponto mais frágil do projeto empreendido pelo jornalista sobre o livro didático, se considerarmos a noção de ideologia apresentada por Louis Althusser. De acordo com a teoria de Althusser, o jornalista Ali Kamel pode ser entendido como representante de um aparelho ideológico de Estado¹¹, a mídia, pois escreve a sua crítica na posição de membro reconhecido das Organizações Globo. Ao se assumir contrário à inclusão de um livro didático que apresenta uma ideologia diferente daquela dominante na sociedade brasileira capitalista.

De que forma nossas crianças poderão saber que Mao foi um assassino frio de multidões? Que a Revolução Cultural foi uma das maiores insanidades que o mundo presenciou, levando à morte de milhões? Que Cuba é responsável pelos seus fracassos e que o paredão levou à morte, em julgamentos sumários, não torturadores, mas milhares de oponentes do novo regime? E que a URSS não desabou por sentimentos de inveja, mas porque o socialismo real, uma ditadura que esmaga o indivíduo, provou-se não um sonho, mas apenas um pesadelo? Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém. (KAMEL, 2007)

No trecho em questão, o jornalista faz um apelo, incitando os aparelhos ideológicos do Estado a cumprirem sua função de estabilizar a ideologia vigente,

⁹ Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html >
Acessado em: 03/10/2017.

¹⁰ Idem.

¹¹ “Em Os Aparelhos Ideológicos do Estado (1989), Althusser discorre a respeito da estabilização da ideologia da classe dominante. Para o autor, essa estabilização se dá através dos aparelhos ideológicos do Estado, isto é, das instituições sociais que disseminam a ideologia dominante, assegurando, dessa forma, sua perpetuação no poder. Entre esses aparelhos ideológicos estão, além da família e da mídia, a escola e, conseqüentemente, o livro didático, que é um dos responsáveis por regular, dentro do ambiente escolar, o que é possível ou não ser dito. Assim, é impossível pensarmos em uma neutralidade por parte do livro didático. Como produto social, ele é na sua gênese impregnado de ideologia e, como produto escolar, tem a função de manter as relações sociais e estabilizar a ideologia que representa” (BARETTA, 2009).

não permitindo que outra ideologia circule dentro da escola por meio de um livro didático, o que reforça a noção de não-neutralidade do livro didático. Seu posicionamento, antes de mais nada, também reforça a sua própria posição ideológica, em consonância com a noção amplamente difundida de História, de manutenção do *status quo*, discussão já contemplada neste artigo.

A resposta da Editora Nova Geração, às críticas de Kamel, especificamente ao trecho destacado na citação acima, parece evocar ao debate a importância de manter o posicionamento ideológico transparente:

Nova História Crítica da Editora Nova Geração não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência de estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história (...). Compreendemos que o sr. Ali Kamel, que ocupa cargo executivo de destaque nas Organizações Globo, possa ter restrições às posturas críticas de nossa obra. Compreendemos até que ele possa querer os livros didáticos que façam crer "que socialismo é mau e a solução para tudo é o capitalismo". Certamente, nossas visões políticas diferem das visões do sr. Ali Kamel e dos proprietários da empresa que o contratou. O que não aceitamos é que, em nome da defesa da liberdade individual, ele aparentemente sugira a abolição dessas liberdades (...). Selecionar trechos e isolá-los do contexto talvez fosse técnica de manipulação ultrapassada, restrita aos tempos das edições dos debates presidenciais na tevê. Mas o artigo do sr. Ali Kamel parece reavivar esse procedimento.¹²

No trecho acima, a Editora Nova Geração, em nome de Mário Schmidt, aponta a divergência de posicionamentos políticos entre autor e jornalista como o motivador da crítica negativa ao livro didático. Ainda de acordo com a resposta, a crítica de Kamel se baseia em manipulação de trechos, retirados do contexto, técnica associada à manipulação do debate presidencial de 1989. Roberto Catelli Jr, escritor de livro didático e membro da ABRALE (Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos), publicou no site da associação um artigo onde aponta que, ao investigar vários livros didáticos produzidos no Brasil ao longo do século XX é possível identificar que "todos os autores claramente defendem um modelo de organização social e política em detrimento de outra". (CATELLI JR, 2008)

O texto de Catelli Jr se direciona especificamente para a questão do aspecto de negativo que a palavra "ideologia" assume ao aparecer nas diversas críticas aos livros didáticos de história mais recentes. Ao destacar vários excertos de publicações consagradas o autor demonstra como os livros didáticos possuem marcas do posicionamento ideológico de seus autores, em vários contextos. Catelli

¹² Disponível em: <<http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=792>> e em <<http://www.vermelho.org.br/noticia/23791-10>> Acessado em: 08/10/2016.

Jr se preocupa em definir a palavra ideologia, citando Comte, Durkheim e Marx, buscando se aproximar do sentido pretendido pelas críticas jornalísticas. Acrescento ao debate uma síntese da definição de Ideologia segundo o Dicionário de Filosofia, que apresenta sua origem e explicação da atribuição do sentido depreciativo empregado ao termo:

Esse termo foi criado por Destut de Tracy (Idéologie, 1801) para designar "a análise das sensações e das idéias", segundo o modelo de Condillac. AI. constituiu a corrente filosófica que marca a transição do empirismo iluminista para o espiritualismo tradicionalista e que floresceu na primeira metade do séc. XIX. (...) Como alguns ideologistas franceses fossem hostis a Napoleão, este empregou o termo em sentido depreciativo, pretendendo com isso identificá-los com "sectários" ou "dogmáticos", pessoas carecedoras de senso político e, em geral, sem contato com a realidade. (...) pode-se denominar I. toda crença usada para o controle dos comportamentos coletivos, entendendo-se o termo crença (v.), em seu significado mais amplo, como noção de compromisso da conduta, que pode ter ou não validade objetiva. Entendido nesse sentido, o conceito de I. é puramente formal, uma vez que pode ser vista como I. tanto uma crença fundada em elementos objetivos quanto uma crença totalmente infundada, tanto uma crença realizável quanto uma crença irrealizável. O que transforma uma crença em I. não é sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação". (ABBAGNANO, 2007, p. 531-533)

Nesse sentido, pode-se observar que a noção negativa da ideologia está amparada, ora em acusação de dogmatismo alheio ao senso político e a noção de realidade, ora ao uso de crença para o controle dos comportamentos coletivos. Catelli Jr (2008) defende, contudo, que as obras didáticas não podem ser escritas com o pressuposto doutrinário e de propaganda política, mas que não é racional exigir que os livros didáticos, bem como as matérias jornalísticas, sejam isentos de visões de mundo e correntes de pensamento. Para este autor, "o discurso da isenção acaba sendo sempre uma forma de encobertar um pensamento que está subjacente e enraizado em uma obra" (CATELLI JR, 2008), ou seja, o que se deve buscar é a pluralidade, sempre que possível, dos modos de abordagem. A articulação desses debates aponta o caminho para as reflexões sobre a forma como os livros didáticos, incluindo os de história, vêm sendo abordados, estudados e defrontados pelo meio acadêmico.

O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Para pensar sobre o papel do livro didático, devemos antes ter claro o papel da própria História como disciplina escolar. No Brasil, a história da disciplina está interligada com a própria história do país, pois assume posição importante no

contexto de formação de identidade nacional, conforme nos lembra a historiadora Thais Nívia de Lima e Fonseca:

A constituição da História como disciplina escolar no Brasil – com objetivos definidos e caracterizada como conjunto de saberes originado da produção científica e dotado, para seu ensino, de métodos pedagógicos próprios – ocorreu após a independência, no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império. Nas décadas de 20 e 30 do século XIX surgiram vários projetos educacionais que, ao tratar da definição e da organização dos currículos, abordavam o ensino de História, que incluía a “História Sagrada”, a História Universal” e a “História Pátria”. O debate em torno do que deveria ser ensinado nas escolas, e como isso seria feito, expressava, de certa forma, os enfrentamentos políticos e sociais que ocorriam então no Brasil, envolvendo os liberais e os conservadores, o Estado e a Igreja. (2003, p.42-43)

Desse modo, em cada momento da história como disciplina escolar, as ações de poder vão definir suas necessidades e nortear o seu currículo. O livro didático segue determinados parâmetros que condizem com o que se espera do ensino de história. Além disso, deve-se levar em conta os processos de produção e comercialização desse livro, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, quando o livro didático da educação básica ganha uma nova dimensão nas políticas educacionais, através da avaliação criteriosa destes materiais visando a sua qualificação, tanto para aprovação do seu uso na educação básica, quanto para a distribuição gratuita em escolas públicas. Compondo um amplo campo de estudos, o livro didático tem suscitado interesse entre os historiadores, especialmente nos últimos vinte anos.

É importante citar aqui a pesquisa da historiadora Circe Bittencourt (2009), que realiza um balanço sobre os métodos de ensino de história, destacando as produções didáticas e suas características, em comparação com os PCNs. Segundo a autora o ensino médio traz arraigado em sua matriz curricular uma preocupação com a formação para a continuidade nos estudos, e seguindo essa lógica, os livros didáticos destinados ao ensino médio são produzidos para atender a essa demanda, sendo em sua essência obras de cunho conteudista e abrangente. Segundo o historiador francês Alain Choppin:

o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. (2002, p.14)

Durante muito tempo (até os anos 1980) o livro didático era aceito como elemento “importante na formação das jovens gerações” (CHOPPIN, 2002, p.18).

Esse postulado explica tanto a atitude de controle do Estado sobre os seus manuais, quanto as ações da comunidade científica (pós século XIX) na busca por extirpar desses materiais quaisquer representações estereotipadas que atentassem contra a dignidade do outro. As análises mais recentes de livros didáticos, começam a dar conta de que este tipo de material não deve ser encarado meramente “como depositário de um conteúdo, mas como um instrumento de ensino indissociável do emprego para o qual foi criado” (CHOPPIN, 2002, p. 18). Ou seja, para analisar livros didáticos pensando suas influências a curto ou longo prazo na formação de opiniões e mentalidades, deve-se tomar os usos desse material como parte intrínseca no processo.

De acordo com Elza Nadai (1993, p.144, 145-146), a História como disciplina escolar pertence a um determinado “lugar social” que tem sua origem na França do século XIX e que se pretende hegemônica e se insere num campo de disputas entre o poder religioso e a laicização das nações modernas. Nessa mesma onda, o ensino de História no Brasil vai se constituir a partir da Independência (1822) e se consolida em com a fundação do Colégio Pedro II nos anos seguintes. A preocupação com a constituição da nacionalidade se torna evidente nos planos de reforma da instrução pública. Ainda que sofresse críticas e questionamentos sobre a “falta de cientificidade” a História ganha espaço no currículo escolar em 1895. Desse modo, o seu currículo foi pensado de forma a corroborar com as ideias “de nação, de cidadão e de pátria que se pretendiam legitimar pela escola”. (NADAI, 1993, p. 149)

Arlete Gasparello (2004) realizou uma pesquisa expressiva nos compêndios e textos didáticos utilizados na escola secundária Pedro II entre os anos 1838 e 1920. De uma história “patriótica” pautada no mito fundador, a uma história “imperial e oficial”, a autora mostra como a história escrita para o ensino secundário esteve preocupada em construir a nação com base na identidade do brasileiro, que é “fundamentalmente produto dos colonos audazes e destemidos, orgulhosos na defesa dos seus interesses” (GASPARELLO, 2004, p. 7). Para Gasparello, esses textos didáticos são importantes, pois permitem:

compreender como, nos recantos privilegiados das elites no poder, o esforço de vigilância e controle dos corações e mentes dos brasileiros, mesmo os situados próximos a essa elite, foi tarefa levada a sério e efetivada por diversos segmentos e escaninhos da rede de relações pessoais e institucionais. (GASPARELLO, 2004, p.7)

A efetivação deste propósito para ensino de História pode ser observada na pesquisa de Manuel Pacheco Neto (2011) que investiga a representação da figura do bandeirante paulista nos livros didáticos de História de 1894 a 2006. Em sua pesquisa, o autor demonstra como o processo de construção do mito do bandeirante vai se arraigando nos manuais e livros didáticos, até o ponto em que se encontra amalgamado como herói da nação. (PACHECO NETO, 2011, p. 13)

Fica visível em sua pesquisa que, mesmo os livros didáticos atuais que se preocupam em desmistificar a figura do bandeirante, apresentam em suas narrativas resquícios da representação do bandeirante herói, que só recentemente começou a ser questionado.

Conclui-se disso que o ensino de História, atrelado à historiografia, se ampara em teorias propostas por correntes de pensamento. A corrente positivista, que teve como grande representante o historiador Fustel de Coulanges, é a corrente que mais influenciou a historiografia do século XIX e início do XX. Assim como o positivismo, o marxismo influenciou e ainda influencia a escrita da História. Através do materialismo histórico dialético, a história é percebida por essa corrente com base na luta de classes. Ganhando terreno em meados do século XX, temos ainda a corrente da Nova História dos *Annales*, que por sua vez apresenta a proposta da narrativa histórica através das mentalidades. As correntes teórico-metodológicas marcam a historiografia desde sempre, e, por certo, grande parte das vezes cumpriu o papel de legitimação de poderes.

A APROPRIAÇÃO DO DEBATE NAS REDES SOCIAIS

A rede social *Café História: história feita em cliques* é direcionada para historiadores, comunicadores e afins, com o objetivo de favorecer debates e interação entre interessados pela história. Seguindo a lógica das redes sociais, os usuários realizam um cadastro na rede e passam a acessar os conteúdos e interagir com outros membros através de um perfil pessoal. Estes usuários podem incluir conteúdos para alimentar a rede social, além de criar tópicos de discussão, grupos fechados e fóruns sobre temas específicos. Em dezembro de 2009, um usuário da rede criou um tópico na seção de fóruns, sob título *Livro de Mario Schmidt - "Nova História Crítica" - Qual a sua opinião sobre a polêmica?* O autor do tópico introduz brevemente o assunto, chamando os membros da rede para o debate:

não sei se todos aqui ficaram a par do “imbróglio” envolvendo o jornalista Ali Kamel e o autor do Nova História Crítica, Mario Schmidt - lembro que fiquei bastante indignado com o ocorrido porque, apesar de suas falhas (que, aliás, todo livro didático possui), o Nova História Crítica foi o melhor livro didático de História que usei em sala. Sem dúvida, porque suas evidentes qualidades superam seus poucos defeitos. Então, colegas... o que vocês acham, não tanto da discussão sobre as motivações da reportagem de Kamel, que parecem já superadas e com motivações claras, mas do livro em si? gostam? por quê? odeiam? por quê?¹³

Ilustrado pela capa de edição da 5ª série da referida coleção, o tópico recebeu várias respostas desde a sua abertura até maio de 2012. Outra usuária da rede opina: “Acho que as ‘falhas’ eram justamente apontar com veemência as atitudes antiéticas das elites dominantes durante o decorrer da história...” Para esta usuária, a abordagem da coleção incomoda por contrariar a narrativa histórica das elites. Mais abaixo, o autor do tópico responde: “não existe livro didático perfeito. Até os melhores, no decorrer do ano letivo, demonstram suas deficiências.” O usuário autor do fórum elenca uma série de fatores que considera problemáticos na obra, e finaliza: “em que pese todos esses fatores, reafirmo que o Nova História Crítica foi o melhor livro de História que já usei”.

Ainda o autor do tópico, interagindo em outro comentário, sinaliza um sintoma importante sobre o uso da coleção em sala de aula: “lembro bem que era o livro didático do qual os alunos mais gostavam: (...) eles ficavam horas folheando o livro, vendo as gravuras maravilhosas, as fotos... e, quase sem perceber, iam, alguns, tomando gosto pela História...” Essa perspectiva é corroborada por Cristiani Bereta da Silva (2008) quando cita uma experiência de estágio supervisionado, em 2004, em que o professor titular fazia uso da coleção em turmas do Ensino Médio,¹⁴ sendo os livros destinados a turmas de Ensino Fundamental. A autora conta que o professor justificou o uso do material pelo fato de “os alunos gostarem muito da forma divertida como os textos abordavam os temas históricos, sem serem ‘chatos ou enfadonhos’, característica que este professor atribui aos livros produzidos para o Ensino Médio. (DA SILVA, 2008, p. 232-233)

Em interação com o tópico, ainda na rede *Café História*, outro membro comenta:

¹³ Todos os comentários estão dispostos no fórum. Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/forum/topics/livro-de-mario-schmidt-nova?id=1980410%3ATopic%3A258137&page=2#comments>> Acessado em: 13/10/2016.

¹⁴ A coleção só contemplou edição para Ensino Médio a partir de 2005.

[em] vários trechos do livro, incluindo Ensino Fundamental e Ensino Médio(Volume Único), ao meu ponto de vista, ele defende uma ideologia, não me refiro ao modo que se refere a aristocracia, mas sim do modo que o autor aborda o tema, um Historiador deve procurar manter a neutralidade, pois pelo contrario (sic) pode se tornar digamos "Perigosa" a forma na qual o autor defende suas idéias (...) Pois deste modo o historiador não transmite a história, não preserva sua memória mas sim a transforma, a transmitindo ideologicamente e não historicamente (...).

A consideração acima é consonante, em certo sentido, com os apontamentos de Catelli Jr (2008) já mencionados aqui, ao trazer à baila a questão da neutralidade da História, como uma obrigação do historiador. Pode-se interpretar, através da fala deste usuário, que para ele a História tem o papel de preservar e transmitir memória, e que esta não deve propor transformação. É uma concepção de História muito próxima da escola tradicional metódica, proposta combatida desde o início do século XX, quando do surgimento da revista *Annales* (1929), que propunha a “historiografia do problema”.

Um comentário que chama atenção é justamente a última interação ao tópico, publicada em maio de 2012, em que um usuário se posiciona de forma contundente:

Primeiro - Li partes do livro em função das críticas. Procedem as críticas. A parte da deslavada pregação cristã realmente existe. Já os comentários "anti-elite" existem e são merecidos mas também decorrem da atual época onde é moda criticar as elites. As elites sempre são criticadas pelos que a invejam, (frustrados quase sempre se tornam "diisquerda").

Os comentários do tópico de discussão, em grande maioria, confirmam a característica da rede social em questão, *Café História*, em que congrega uma gama de profissionais e estudantes do campo da História e áreas afins. Estes, ainda que possuam diferentes pontos de vista, seguem apresentando a mesma preocupação com o objeto de questionamento, buscando compartilhar reflexões sobre o conteúdo da coleção e a sua função para o ensino de História. Este não parece ser o caso da interação logo acima mencionada, mas que também não é uma exceção deste usuário. Ou seja, existem outros usuários que não atuam no ensino da disciplina e interagiram com o tópico apresentando suas impressões sobre o livro. O que chama a atenção neste comentário especificamente é o seu autor ter sido instigado a analisar o material pelo contato com a crítica jornalística, em primeiro lugar.

Nesse ponto, parece pertinente evocar o que Choppin (2002) considera sobre a análise acadêmica de livros didáticos:

É fascinante – até mesmo inquietante – constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo; definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples leitor, ...), nos instiga a ali pesquisá-lo. (CHOPPIN, 2002, p. 13-14)

Nesse sentido, Choppin realiza uma defesa da análise dos livros didáticos que parte do pesquisador, pois considera que este “se esforça em lançar um olhar distanciado, livre de contingências, sem polêmicas” (CHOPPIN, 2002, p.14). Certamente existem diferenças entre as análises de livro didático que partem da pesquisa acadêmica e as análises feitas por leitores em meio virtual, ainda que estes sejam professores ou acadêmicos de História. Para o pesquisador cujo objeto é o livro, a análise deve se pautar pelo campo teórico-metodológico. Por outro lado, os usuários das redes sociais, mesmo não estando livres de contingências e polêmicas, como sugere Choppin, lançam também seu olhar parcial. Melhor dizendo, cada pessoa que se dispôs a observar a coleção e tecer considerações sobre esta, o fez partindo de sua própria posição (papel) na sociedade, ou ainda, de suas (pré) concepções.

A outra rede social aqui escolhida, que disponibilizou espaço para as impressões do público leitor sobre a coleção NHC, é a rede Skoob, destinada a divulgação e compartilhamento de títulos de livros. A rede dispõe de espaço para que os membros pontuem livros e publiquem críticas, resenhas e impressões sobre as obras. Na rede Skoob se encontram publicações sobre várias edições da coleção de Schmidt, com média de avaliações entre 4.0 e 4.9 estrelas (o site apresenta escala de avaliação 0 a 5 estrelas para as obras, que são pontuadas pelos usuários da rede). Além disso, estão publicadas algumas resenhas e comentários de usuários da rede social, em espaço de interação. O usuário também pode optar por recomendar ou não uma publicação, além de marcar se já leu, está lendo ou pretende ler a obra.

De todos os livros da coleção NHC cadastrados na rede Skoob, o que mais obteve avaliações foi a edição em volume único para o ensino médio publicada em 2005, que apresenta no site a seguinte descrição: “com humor e uma linguagem simples, Mario Schmidt nos conta os principais acontecimentos da História mundial e

brasileira nessa edição muito bem ilustrada e atualizada”¹⁵. Esta edição obteve avaliação média de 4.2 entre os usuários da rede, considerando um total de 23 avaliações.¹⁶ Uma leitora e usuária da rede social, em sua avaliação da obra em volume único, comenta em maio de 2011:

(...) Nas escolas públicas os professores não tem tempo, espaço e recursos suficientes para darem o seu melhor. Assim, na disciplina de História como nas outras, os alunos acabam vendo uma matéria superficial, fraca e cheia de lacunas (...). Para estudar para o vestibular resolvi ler esse livro didático como um livro normal, capítulo após capítulo. É incrível como essa leitura me ajudou a entender melhor vários assuntos e ver a História como um todo, episódios interligados, cheios de causa e consequência (...). sempre busca mostrar os dois lados de tudo e, acima de tudo, nos incentiva a esquecer [questionar] os clichês e estereótipos. Ou seja, ver a História sem dividir seus personagens entre maus e bons, certos e errados, inocentes e culpados. Só acho que, para um livro didático, Mario usa demais a ironia, o sarcasmo e metáforas, o que pode confundir os alunos mais "distraídos" (...).

A resenha parte de uma leitora que não possui formação em História, e também não utilizou o livro no período escolar. No entanto, pode-se observar que sua análise se contrapõe às críticas que a coleção recebeu, quando elogia o material por apresentar “episódios interligados, cheios de causa e consequência” e considerar que o texto busca mostrar versões opostas e não se limita a apresentar uma narrativa dividida entre “inocentes e culpados”.

Em outubro de 2016 outro usuário da rede publicou sua resenha sobre o livro de volume único. Em seu comentário, um usuário da rede elogia o livro em diversos aspectos como a escolha pela cronologia na disposição dos temas em que o autor “segue a ordem normal dos acontecimentos”. Para este usuário o livro é bem sucedido em apresentar os “fatos importantes para a história de forma complexa e com grande leque de informações”. No entanto, ao final da sua avaliação, o usuário comenta:

(...) O autor do livro deixa descaradamente clara a sua ideologia e apologia as idéias marxistas de caráter socialista e comunista chegam a ser irritantes em algumas partes do livro o tanto que este autor enaltece essa doutrina da destruição. Ele fala do socialismo como se fosse o sistema mais perfeito do mundo e sempre que determinado tema fala de capitalismo ele sempre procura uma forma de criticar o capitalismo evidenciando o socialismo. Na (sic) capítulo que fala da Ditadura Militar no Brasil ele cita alguns guerrilheiros terrorista caçados pela ditadura como se fossem Heróis. Este livro é uma clara apologia ao socialismo e é um elemento que serve como doutrinação de ideologia política, portanto, é imprudente usá-lo como livro didático nas escolas. Seu autor

¹⁵Disponível em: <<https://www.skoob.com.br/nova-historia-critica-150905ed168291.html>> Acessado em 13/nov/2016.

¹⁶ Informação coletada em acesso ao site no dia 22 de novembro de 2016.

é um fanático comunista e por meio deste livro quer estragar a mente dos alunos das escolas brasileiras com essa doutrina marxista.

A recente interação do autor na rede social indica que a polêmica disseminada pelas críticas jornalísticas ao material ainda possui campos de discussão ativos. Neste caso específico o usuário utiliza o argumento da heroicização de personagens guerrilheiros da ditadura militar para exemplificar o posicionamento ideológico do autor. O incômodo sobre o conteúdo exposto no livro – sobre temas recentes da História do Brasil, ou quando trata de questões da História Mundial, tratando do antagonismo entre os sistemas capitalista e socialista – é indicativo da contradição entre o ponto de vista identificado no livro pelo usuário e a sua própria ideologia. O tom empregado ao final da resenha, de denúncia, em muito se assemelha ao utilizado por Kamel em seu artigo de 2007, quando este último reclama que “nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos”. (KAMEL, 2007)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como visto, por muito tempo a História ensinada nas salas de aula foi vista como um conhecimento pronto e acabado, não sendo passível de ser questionado. Mas essa realidade mudou muito nos últimos trinta anos, com o advento da globalização e da massificação da informação. Os estudantes não são mais somente alunos passivos que recebem o conteúdo em sala de aula. São também leitores, telespectadores e internautas, que buscam outras fontes e, portanto, têm acesso a um aporte gigantesco de informações, conteúdos, conhecimentos, críticas, diálogos, debates, opiniões e ideologias.

Mesmo em sala de aula, de posse do livro didático, o aluno recebe ainda a influência do professor no processo de produção do conhecimento. Sendo também o espaço escolar um lugar de interação, o estudante tem contato neste espaço com as mais diversas opiniões, que vão contribuir para a sua formação. Isso não significa negar que a escola moderna cumpre o papel de moldar os sujeitos à ordem social, mas sim questionar o quanto as mudanças – fomentadas pela globalização do capitalismo e pela supervalorização da mídia – ocorridas na estrutura social contribuem para modificar o papel da educação na formação do indivíduo.

O próprio papel da mídia deve ser levado em conta nesse processo. Com uma postura que pretensiosamente imparcial, a imprensa (que muitas vezes ocupa o

status de oficial) se vale dos artifícios da retórica e manipula discursos que formam opiniões, antagonizando o debate acerca da função da educação, e principalmente do ensino de história, na formação do cidadão crítico e capaz de construir uma opinião a partir da sua originalidade.

Longe de pretender esgotar o debate, considero importante entender que a pesquisa histórica, seja qual for a sua finalidade ou o seu objeto (inclusive, como o caminho para a produção do conhecimento histórico que resulta nos livros didáticos), é antes de tudo uma produção que parte de um contexto e, sendo assim, carrega as marcas de *quem, onde e quando* foi produzido. Como afirma Certeau, “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio histórico, político e cultural” (2007, p. 66). O ensino de História que se propõe crítico deve ter em mente essa noção. Da mesma forma, ainda que não admita, o jornalismo é, por meio de seus colaboradores, também carregado de parcialidades. Sobre isso, Tania Regina de Luca (2008) elenca diversas pesquisas que se valeram da imprensa como fonte e que apresentam vasto material de exemplificação.

A polêmica protagonizada pela coleção Nova História Crítica, que reverberou no papel do ensino de História, acabou por promover um forte movimento, iniciado quando o MEC proíbe a distribuição deste material, e abriu as portas para que setores conservadores da sociedade assumam o papel de censores do ensino e do trabalho do professor, interferindo no ensino sob pretexto de proteger a sociedade de uma suposta doutrinação. O fato é que, como foi discutido neste texto, a História, sua escrita e o seu ensino, sempre carregaram a marca de alguma ideologia. O que talvez tenha incomodado a imprensa e os setores conservadores neste momento, e não em outros é a possibilidade de que uma ideologia diferente da dominante – que é aquela regida pela elite e garantida pelos aparelhos ideológicos de Estado – esteja ganhando cada vez mais espaço.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Ideologia. In: _____. *Dicionário de Filosofia*. – 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 531-533

ABUD, Katia Maria. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero, v. 13, n. 25-26, p. 163-174, 1992/1993.

BARETTA, Danielle. Ideologia e livro didático: a polêmica de Nova História Crítica. *Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*. São Paulo, v. 7, 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao07/Ensaio_Danielle.php> Acessado em: 12/nov/2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. *Guia de livros didáticos 2005*. v. 5: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2004. 232p.

BRASIL. *História: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008/Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p.

CARIE, Nayara Silva de. *Avaliações de coleções didáticas de história de 5ª a 8ª série do ensino fundamental: um contraste entre os critérios avaliativos dos professores e do programa nacional do livro didático*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte-MG, 2008.

CATELLI JR, Roberto. Ideologia e livro didático. *Boletim da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos*. São Paulo, p. 1 - 4, 01 set. 2008. Disponível em: <<http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/ideologia-e-livro-didatico.pdf>> Acessado em: 12/nov/2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*. Trad. Maria Helena Carnara Bastos. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas: v. 6, nº. 11 2002 p. 5-24. Disponível em: <seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596/pdf> Acessado em: 12/nov/2016.

DA SILVA, Cristiani Bereta. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Revista Caderno Espaço Feminino*. UFU-Uberlândia/MG, v. 17, n. 01, jan-jul 2007, pp. 219-243. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/440>> Acessado em: 05/out/2017.

DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins. Uma leitura do sujeito virtual nas mídias sociais e as contribuições da análise do discurso. *Revista Cadernos de Comunicação*. UFSM-Santa Maria/RS, v. 17, n. 18, jan-jun 2013, pp. 325-343. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/ccomunicacao/article/view/9308>> Acessado em: 05/out/2017.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GASPARELLO, Arlette M. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). *Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira*, 2., 2002, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2002, p. 1-10.

KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. São Paulo: O Globo. 18/09/2007. Disponível em: <www.newmarc.com.br/drws/ali_kamel.pdf> Acessado em: 30/out/2016.

LUCA, Tânia Regina de - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005, pp. 111-153.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero, v. 13, n. 25-26, p. 143-162, 1992/1993.

PACHECO NETO, Manuel. *Heróis nos livros didáticos: bandeirantes paulistas*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. 320p.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. Ensino Médio: volume único. 1ªed. São Paulo: Nova Geração, 2005.